

A INCESSANTE E PERVERSA ESSÊNCIA DO CAPITAL: APONTAMENTOS DA INVESTIGAÇÃO MÉSZARIANA ACERCA DA INCONTROLABILIDADE DO SISTEMA

Emanuela Rutila Monteiro Chaves¹

Maria das Dores Mendes Segundo²

RESUMO

A incontrolabilidade do capital é uma das teses mészárianas que compõem a sua análise do movimento do capital na contemporaneidade. Tendo como base o aporte teórico-metodológico da ontologia marxiana, o estudo tem como objetivo a análise dos principais aspectos da essência incontrolável do sistema agravadas em meio à crise estrutural do capital. Durante o período mais inicial de sua constituição enquanto sistema, o capital já se apresentava de forma incontrolável e essa incontrolabilidade foi um dos fatores mais importantes para garantir a consolidação da sua supremacia. Um aspecto em parte positivo desse caráter incontrolável para a sua dominação absoluta como sistema metabólico, se assim podemos dizer, foi a superação dos inconvenientes que se opuseram a ele, conduzindo o seu modo de controle a exercer um poder quase irrestrito sobre o conjunto da humanidade. No contexto do ultimato dado ao capital através do encontro desse sistema com seus limites absolutos, a incontrolabilidade assume um significado completamente oposto aquele que possibilitou a libertação do capital de todas as amarras que reprimiam a vazão de seus imperativos. A dimensão perigosa e destrutiva assumida pela incontrolabilidade do capital na atualidade está longe de ser positiva, colocando na pauta do dia a necessidade da ofensiva socialista.

Palavras-chave: Incontrolabilidade do capital. Fratura entre produção e controle. Crise estrutural.

THE INCESSANT AND VICIOUS ESSENCE OF CAPITAL: NOTES ON MÉSZÁROS RESEARCH ABOUT THE INCONTROLLABILITY OF THE SYSTEM

ABSTRACT

The uncontrollability of capital is one of Mézszáros thesis, which make up his analysis of the movement of capital in the contemporary times. Based upon the theoretical-methodological contribution of Marxian ontology, the study aims to analyse the main aspects of the uncontrollable essence of the system, aggravated amid the structural crisis of capital. In the initiation period of its constitution as a system, it already presented itself as uncontrollable, and this uncontrollability was one of the most important factors to ensure the consolidation of its supremacy. One partially positive aspect in this uncontrollable character, for its absolute

¹Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Membro do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO. E-mail: manuzynha_monteiro@hotmail.com

²Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos –Fafidam/UECE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE/UECE e professora colaboradora do Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira- PPGE/UFC. Coordenadora do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino- MAIE-UECE. Membro do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO. E-mail: mariadores.segundo@uece.br

domination as metabolic system, if we might say so, was the overcoming of the drawbacks which came in its way, leading to the exercise of almost unrestricted power over the whole mankind. In the context of the ultimatum given to the capital through the clash with its absolute limits, the incontrollability takes a completely opposite meaning in comparison to that that made possible the liberation of capital from all the restraints that suppressed the flow of its imperatives. The dangerous and destructive dimension assumed by the incontrollability of capital today is far from positive, putting on the agenda the need for socialist offensive.

Keywords: Capital uncontrollability. Fracture between production and control. Structural crisis of capital.

A incontrollabilidade do capital é uma das teses que compõem a análise do movimento do capital na contemporaneidade contida em *Para além do capital*, obra de maior envergadura do filósofo húngaro Istvan Mészáros. A presente investigação é um fragmento dos estudos³ e análises empreendidos no mestrado acadêmico em educação⁴ e tem como objetivo, partindo das elaborações teóricas mészárianas e do aporte teórico-metodológico da ontologia marxiana, a análise dos principais aspectos da essência incontrollável do sistema, agravadas em meio à crise estrutural do capital.

A tese mészárianas da incontrollabilidade do capital funciona como pano de fundo das reflexões sobre a natureza essencial desse sistema e da sua configuração como metabolismo social plenamente universalizado diante dos seus limites estruturais e do forte predomínio generalizante dos seus componentes destrutivos (PANIAGO, 2001). A essência incontrollável desse metabolismo social dá sentido e coerência à linha de desenvolvimento seguida pelo capital desde o delineamento dos seus elementos constituintes iniciais, em sua fase de construção como sistema, até a união e a transformação qualitativa desses constituintes em um modo de controle universal que abrange não só a dimensão da produção material, mas o conjunto das relações e manifestações espirituais, que conformam a dinâmica social e humana do mundo dos homens. Além disso, o movimento atual do capital e a generalização da tendência destrutiva do sistema trazem o despertar do espectro da incontrollabilidade total, que emerge em decorrência da tentativa constante do capital de superar os limites e restrições que se põem a sua autorreprodução em escala ampliada.

³ Esses estudos culminaram na elaboração da dissertação de mestrado intitulada: A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação.

⁴ Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, PPGE/ UECE.

O capital se consolida enquanto complexo universal ou sistema coerente⁵ a partir da generalização da produção de mercadorias e da subjugação da força de trabalho, conduzida através do processo histórico de alienação dos meios de produção e da sua conseqüente transformação em mercadoria, da qual o capital, através do controle exercido sobre essa atividade, busca extrair trabalho excedente, matéria-prima do seu processo de acumulação. Para que esse metabolismo social pudesse romper com as restrições dos modos de produção anteriores, que estavam voltados para a autossuficiência, e dar vazão a sua dinâmica produtiva expansionista, teve que operar uma fratura entre produção e controle, usurpando dos verdadeiros sujeitos da produção o controle sobre o processo de trabalho. Mészáros (2011) ressalta que a separação artificial entre produção e controle é o defeito central do sistema do capital e tende a se manifestar em todos os campos e níveis do processo reprodutivo social, incluindo a sua conseqüente transformação nas contradições entre produção e consumo e produção e circulação.

Paniago (2001) ressalta que a acumulação primitiva e a transformação do dinheiro em capital possibilitaram que o capital adquirisse um poder autoconstituente e irremediável no tocante ao seu movimento de expansão. Esse poder trouxe o germe da incontrolabilidade do sistema, uma vez que, para que o processo sociometabólico se adaptasse às necessidades e finalidades da sua autorreprodução, foi necessária a submissão tanto das subjetividades como das potencialidades materiais à produção de riqueza voltada para a expansão e acumulação do capital, enquanto sua própria causa, o que significa que a produção não deveria mais ter como eixo norteador os limites das necessidades humanas, e sim, unicamente os imperativos irremediáveis desse novo senhor, que surge no palco da história como a exceção e não a regra quando comparado às formas anteriores de metabolismo social. Nas palavras da autora (p. 173-174), o capital conforma “um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário, que a tudo domina, num sistema incontrolável em sua própria natureza”.

No curso de desenvolvimento do capital, sua natureza e suas determinações essenciais permaneceram as mesmas da sua origem até a fase pós-capitalista, embora apresentassem diferentes formas históricas de existência. Como já foi ressaltado anteriormente, Mészáros (1998; 2011) defende que há uma diferença fundamental entre capital e capitalismo, o que significa que todos os elementos desse modo de controle sociometabólico têm uma existência anterior ao sistema capitalista, alguns deles, inclusive a

⁵ Mészáros utiliza o termo sistema coerente no sentido de expressar o desenvolvimento do capital enquanto sistema orgânico com partes interligadas que se influenciam entre si, ou, dito de outro modo, com o objetivo de tratar o capital como sistema maduro, mas, claro, em pleno vigor, rumo a sua universalização.

compra da força de trabalho, milhares de anos antes. O autor também pontua a continuidade do controle do capital em um sistema pós-capitalista exercido por outra modalidade de comando sobre o trabalho, na qual a extração do trabalho excedente se dava de forma política, por meio da burocracia estatal que atuava como personificação do capital.

Ao longo do seu desenvolvimento histórico, o capital se transformou, de formas incipientes ou primitivas e transitórias de capital (capital usurário, capital comercial), em um sistema global e abrangente a que tudo mais deve se subordinar. É um modo específico e singular de controle do metabolismo social, que possui, pela primeira vez na história, um caráter totalizante e irresistível, subjugando, mesmo de forma impositiva, tudo e todos à sua volta antes de ser controlado, apenas superficialmente, pelos capitalistas privados. O capital não reconhece e nem pode aceitar qualquer obstáculo à sua autorreprodução ampliada, nem mesmo os seus limites absolutos, independente das implicações desastrosas que isso possa acarretar quando forem atingidos os limites das potencialidades produtivas desse sistema. Essa característica tornou esse metabolismo social muito mais dinâmico que as formas anteriores de sociabilidade, mas trouxe como consequência desse dinamismo a perda de controle sobre os processos decisórios por parte dos trabalhadores e das personificações do capital. A esse respeito, Mézários insiste

[...] que o capital não é simplesmente uma “entidade material” [...], um mecanismo racionalmente controlável, [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa- na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa-estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário”- do que o sistema do capital globalmente dominante, que subjuga aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (p. 96).

Para que o capital pudesse atuar como um sistema de controle totalizador, ao longo da sua constituição teve que superar todas as restrições políticas, econômicas e sociais que se colocaram ao seu impulso expansivo e dispor de uma estrutura de controle singular e apropriada as suas funções. Ao se livrar das restrições, o capital não pôde colocar novos limites aos seus imperativos, perdendo, assim, o controle das partes que o compõem, que são

centrifugamente estruturadas em um todo histórica e profundamente instável. Com a finalidade de realizar os seus objetivos essenciais, toda a sociedade teve que se sujeitar em todas as suas funções produtivas e distributivas às exigências postas por esse modo de controle. Dois dos aspectos principais dessa submissão assumem a forma da divisão da sociedade em classes sociais opostas e a criação de um controle político total por meio do Estado moderno. Para conciliar essa dualidade sobre uma base comum, evitando uma ruptura social, um sistema de divisão hierárquica do trabalho foi criado para se sobrepôr à divisão funcional do trabalho como um alicerce pouco seguro, por conter uma tendência desintegradora do sistema. A imposição da divisão social hierárquica do trabalho é uma necessidade, já que advém da condição intransponível sob o domínio do capital de que a sociedade tem que se estruturar de maneira antagônica, uma vez que as funções de produção e controle foram radicalmente separadas, sendo atribuídas a classes sociais diferentes.

Com base em Marx e Mészáros, podemos afirmar que o capital é, acima de tudo, uma relação social, que se apoia na compra e venda da força de trabalho, ou, em outros termos, no trabalho assalariado, que teve como fundamento histórico a quebra da unidade entre o trabalho vivo e as necessidades dos produtores. A instauração do domínio do capital inaugura um novo período da história, no qual desaparece a ênfase na produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e a correspondente produção de valores-de-uso, retirando dos produtores o controle de qualquer processo decisório. A base de existência desse metabolismo social está na dominação e na subjugação do trabalho aos seus imperativos, e ele só pôde se desenvolver quando submeteu o trabalho, enquanto gerador de mais-valia, ao assalariamento. Todavia, para o capital obter efetivamente o controle sobre o sociometabolismo, teve que, além de submeter o trabalho, garantir o total e completo controle dessa atividade, condição essencial para exercer seu domínio sobre a totalidade social e transformar o processo original de produção em autorreprodução ampliada do capital.

Apesar de o trabalho ser controlado pelos imperativos objetivos do sistema e ser transformado em mero instrumento de valorização do capital, esse modo de controle depende completamente do trabalhador, pois é ele que, ao empregar a sua força de trabalho, valoriza o capital e alimenta a sua expansão, justamente por ser o sujeito real da produção. A condição insuperável da existência do capital é o exercício do comando sobre o trabalho e a sua subjugação aos seus imperativos expansionistas. Se deixasse de exercer seu controle sobre essa atividade, tanto na sociedade capitalista como numa sociedade pós-capitalista, deixaria de ser capital e teria seu fim decretado.

O comando do capital sobre o trabalho opera uma subversão na relação sujeito-objeto, por conta da retirada de todo poder de decisão do processo de produção dos seus sujeitos reais, transformando o trabalhador em mero “fator material de produção”, e da substituição das necessidades humanas pelos imperativos materiais de valorização e expansão do capital. A consequência dessa subversão é a transformação do trabalhador (sujeito real da produção) em objeto a serviço do capital e esse metabolismo social em novo sujeito da história. Contudo, nesse processo, o capital também está subordinado à sua lógica material cega, ou, dito de outra forma, não é menos manipulado pelos seus imperativos de valorização do que o trabalho, o que faz dele um pseudo-sujeito (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2001).

Na execução do seu poderio sobre o trabalho, através do exercício da função de controle independente do produtor, esse sistema metabólico impõe as suas determinações expansionistas por meio das personificações do capital, que também atuam como pseudo-sujeitos, exercendo o controle do processo de reprodução sociometabólica sob a tutela do capital. Nesse aspecto, Mézáros (2011) pontua que os capitalistas ou os burocratas do sistema pós-capitalista se submetem aos imperativos objetivos do sistema, e a única liberdade que possuem consiste em impor as determinações desse metabolismo social ao conjunto de trabalhadores, uma vez que um dos critérios para a realização da sua natureza expansionista foi a completa alienação do poder de decisão de todos os indivíduos, o que faz do capital um modo de controle sem sujeito. Esse modo específico de controle sem sujeito é inevitavelmente derivado da fratura entre produção e controle existente no seio desse metabolismo social. Sobre essa constatação, o autor evidencia que

Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos [...] do *peçoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital- sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido- só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente de seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 126).

No que se refere à determinação mais essencial desse modo de controle, Mézáros (2011, p. 100) ressalta que “[...] o capital é *orientado pela expansão e movido pela acumulação*”. Segundo o autor, essa característica possibilita um dinamismo jamais visto, ao

mesmo tempo em que se constitui em uma importante deficiência. Nesse sentido, como sistema metabólico, o capital é irreprimível enquanto tiver capacidade de extrair e acumular trabalho excedente, seja de forma econômica (capitalismo) seja de forma política (sistema pós-capitalista) no decorrer da reprodução de uma sociabilidade específica. Todavia, quando esse processo dinâmico de expansão e acumulação é estagnado, as implicações são extremamente prejudiciais para o sistema e o conjunto da sociedade. Mesmo os bloqueios decorrentes das crises cíclicas ou conjunturais, que compõem a normalidade do movimento do capital, e os seus consequentes abalos econômicos, sociais e políticos podem gerar consequências destrutivas de enormes proporções, como bem exemplifica as duas guerras mundiais ocorridas no século XX, entre outros episódios menos catastróficos (MÉSZÁROS, 2012)

Se o bloqueio derivado das crises cíclicas, que atinge uma das dimensões desse modo de controle, causa enormes estragos, o que há de se dizer das implicações de uma crise sistêmica, que afeta todas as dimensões fundamentais desse metabolismo social, exigindo a adoção urgente de uma forma alternativa de sociabilidade sob pena do extermínio da humanidade? Diante da crise estrutural, os componentes destrutivos do capital são ativados com toda força e se tornam a tendência dominante do modo de operar desse metabolismo social, acionando a sombra da incontornabilidade total e pondo em cena a real possibilidade do fim do mundo dos homens e do seu próprio modo de controle. O fato é que esse sistema nunca foi submetido a um controle racional ou duradouro, pois a sua dinâmica totalizante, que desde o início tende a universalização, só é compatível com ajustes limitados sob a condição dessas modificações superficiais não atrapalhar a autorreprodução ampliada do capital, ou seja, seu processo de expansão e acumulação. Esses ajustes ou reformas têm o objetivo de contornar ou ultrapassar os obstáculos que se põem ao capital sempre que esse sistema não tiver condições de superá-los.

Apoiada em Mézáros, Paniago (2001) explica que no contexto da crise estrutural as restrições compatíveis com a dinâmica do sistema, que em momentos anteriores possibilitaram a superação de disfunções e crises temporárias, não são mais toleradas no atual estágio de desenvolvimento do capital, porque interferem e esbarram na lógica expansiva desse modo de controle, que diante dos seus limites absolutos, dispõe de menos recursos para deslocar as suas contradições e manter a sua supremacia. No contexto do ultimato dado ao capital através do encontro desse sistema com seus limites insuperáveis, a incontornabilidade assume um significado completamente oposto àquele que possibilitou a libertação do capital

de todas as amarras que reprimiam a vazão de seus imperativos. A dimensão perigosa e destrutiva assumida pela incontrollabilidade do capital na atualidade está longe de ser positiva, acarretando o reconhecimento da necessidade de limites até pelos mais fervorosos defensores da ordem estabelecida.

A incontrollabilidade desse metabolismo social foi um dos fatores mais importantes para garantir a sua vitória e a consolidação da sua supremacia. Um aspecto em parte positivo desse caráter incontrollável para o seu desenvolvimento e dominação absoluta como sistema metabólico foi a superação dos inconvenientes que se opuseram a ele, conduzindo o seu modo de controle a exercer um poder irrestrito sobre o conjunto da humanidade. A quebra da autossuficiência na relação entre produção e controle, presente nas formas anteriores de controle sociometabólico e a sua substituição por processos reprodutivos materiais mais amplos já evidenciam o avanço do modo de controle do capital e no devido tempo, em sua forma plenamente desenvolvida, também as suas consequências desumanizantes para o conjunto das relações sociais, como a alienação, a reificação e o fetichismo. (MÉSZÁROS, 2011).

Para realizar o seu valor historicamente específico que simultaneamente será reproduzido em escala ampliada, o capital precisou penetrar na esfera da circulação. Dessa forma, de acordo com Mézáros (2011), o relacionamento entre produção e consumo teve que ser radicalmente alterado em toda a sua extensão, o que acarretou o rompimento da unidade existente em outras formas de organização social voltadas para a produção e o consumo de valores-de-uso. Ao se livrar das restrições da autossuficiência, o capital se tornou o mais poderoso modo de controle extrator de trabalho excedente.

Não se pode negar o aumento da produtividade derivado da liberação das limitações da autossuficiência e os benefícios sociais dela decorrentes. Entretanto, há o lado negativo dessa vitória do capital que se expressa na consequente perda de controle sobre o conjunto do processo reprodutivo social, embora os efeitos dessa perda não sejam percebidos em uma longa fase de desenvolvimento, por conta do deslocamento das contradições possibilitado durante o período de ascendência histórica desse sistema. Ao separar radicalmente as funções de produção e controle e impor um agente separado para exercer o comando sobre o trabalho, o capital consolidou a base dos seus defeitos estruturais, com os quais tem que conviver sem qualquer perspectiva de solução efetiva.

Para operar o seu dinamismo e se tornar um modo de controle totalizante, de longe o mais poderoso da história, seguindo a sua tendência à universalização, o sistema metabólico

do capital precisou operar fraturas entre unidades que constituíam o processo produtivo (produção e controle, produção e consumo, produção e circulação) naturalizando essas separações artificiais que são a base antagonista do seu sistema de controle.

Os defeitos estruturais de controle do sistema são perceptíveis através da fragmentação dos microcosmos internos que o compõem, que se expressam por meio da sua dominação global através da oposição entre produção e controle, que assumem dimensões opostas, sendo as suas funções exercidas por classes sociais antagônicas; a separação entre produção e consumo que se baseia no consumo exagerado e manipulado de alguns poucos e se apoia na negação das necessidades básicas da maioria que atua como agente produtor da riqueza; a contradição entre produção e circulação, que é o resultado da tentativa de unir os novos microcosmos fragmentados em um tipo de conjunto que seja passível de ser conduzido de forma que o capital social produzido tenha a capacidade de criar a circulação como uma estratégia derivada das suas unidades internamente fragmentadas, com a finalidade de superar a ruptura entre produção e circulação. Essas separações são fraturas estruturais e não podem encontrar a unidade perdida nas mesmas bases fundamentais que promoveram a oposição entre elas como condição imprescindível para a autorreprodução do capital.

Mészáros (2011) destaca que o defeito de controle presente nessas três estruturas está localizado na ausência de unidade e a impossibilidade de resolver essa fragmentação no interior da sociedade do capital está ligada ao fato de que essas oposições assumem a forma de antagonismos sociais e conflitos de classe. Esses conflitos são disputados com maior ou menor intensidade a depender de cada conjuntura histórica e é oportuno enfatizar que no período de ascendência do capital esse sistema foi beneficiado por circunstâncias favoráveis ao seu processo de reprodução em detrimento do trabalho. Mesmo que o capital continue a vencer essas lutas contra o trabalho, esses antagonismos são insuperáveis porque são estruturais e estão vinculados às estruturas vitais do sistema. É do interesse do capital solucionar as consequências danosas dessas fragmentações, mas não o fundamento causal delas. Em decorrência disso, essas estruturas tendem a continuar reproduzindo os seus antagonismos sob toda a era regida pelo capital, independente das relações de poder predominantes.

O impulso de intensificar cada vez mais a sua expansão por meio da máxima extração do trabalho excedente, que se constitui no seu fundamento histórico, é um reflexo contraditório da incontrolabilidade do capital, que enquanto for passível de ser executado evitará o colapso do sistema. Apenas quando os limites estruturais do sistema aparecem no

horizonte de reprodução do capital é que se torna possível perceber uma crise que emana da baixa eficiência e insuficiência da extração do trabalho excedente, cujas consequências incidem sobre a viabilidade do modo de controle exercido pelo capital, o que traz a exigência de adoção de uma série de estratégias perigosas, como bem evidencia a prática generalizada da destruição por meio do complexo industrial-militar, na tentativa de alavancar novamente o processo reificado de valorização do capital.

Na sua fase de ascensão, os imperativos da expansão do capital coincidiram com a satisfação das necessidades humanas⁶, gerando um processo civilizatório. Ao longo desse estágio de expansão, a perda de controle pôde ser ocultada graças aos mecanismos de deslocamento das contradições, ainda que os efeitos nocivos venham se manifestar posteriormente, em proporções bem maiores. Sobre as consequências da perda de controle, Paniago (2001) pontua que

Mészáros assinala a existência de uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Num primeiro momento, ela favoreceu a expansão na fase de ascensão histórica do capital, possibilitando o controle das contradições e antagonismos através do postergamento de seus efeitos explosivos. No entanto, quando ocorre o “bloqueio do caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a conseqüente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” são reativados e multiplicados. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem “na mesma escala da expansão planetária do sistema do capital”, o que exige uma “correspondente magnitude de deslocamento”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude “o que se apresenta é o espectro da totalincontrolabilidade” (47-48). (p. 175 e 176)

A sombra da incontrolabilidade que cobre o movimento do capital na contemporaneidade tem como uma de suas manifestações a destruição de astronômicas quantidades de recursos humanos e materiais, sem nenhum pudor em relação aos limites dos recursos disponíveis no planeta e as implicações desastrosas para o futuro da humanidade, que embora tenha alcançado um alto patamar de evolução, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, não é capaz de produzir uma completa independência em relação à natureza.

Acerca de uma possível solução para as implicações cada vez mais perigosas e devastadoras da lógica incontrolável do sistema sociometabólico do capital, reiteramos a afirmação de Mészáros (2011) quando este defende que a crise estrutural, enquanto decorrência do agravamento das contradições e antagonismos do sistema, necessita de uma

⁶Inicialmente, o impulso irrefreável do capital garantiu um imenso crescimento da produtividade, voltando-se para a satisfação das necessidades humanas, embora grande parte da humanidade, ou seja, os produtores da riqueza social, continuassem a ser excluídos dos benefícios do avanço produtivo.

mudança fundamentalmente estrutural, ou em outras palavras, do rompimento e superação radical do tripé capital-Estado-trabalho por meio da instauração de uma forma qualitativamente superior de sociabilidade. Conforme a radicalidade do pensamento de Mézáros, qualquer pseudo-solução reformista sequer arranharia a base de sustentação desse modo de controle, em um momento histórico que evidencia a ativação dos seus componentes destrutivos, levando esse importante filósofo a afirmar que diante das atuais circunstâncias a célebre frase de Rosa Luxemburgo poderia ser reescrita da seguinte forma: “barbárie, se tivermos sorte”. Dessa forma, a ofensiva socialista e a reorganização do movimento internacional da massa proletária é enfatizada pelo referido autor como a única alternativa radical viável ao espectro da incontrolabilidade total e a busca da emancipação material e espiritual do gênero humano.

REFERÊNCIAS

- CHASIN, José. **O método Dialético**. 26 out. 2010. Transcrição Literal das aulas ministradas durante o Curso de Pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/metodo-dialetico-josechasin.html>>. Acesso em: 03 jun. 2012.
- COSTA, Frederico Jorge Ferreira. A natureza ontológica do pensamento de Marx. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1, p. 1- 13, 2009.
- LESSA. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. 240 p. (Coleção filosofia ; 19).
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128p.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Palestra proferida em Londres, 2008. Disponível em: <<http://www.mezzaros.comoj.com/?q=taxonomy/term/103/all>>. Acesso em: 19/02/2013.
- _____. **A crise estrutural do capital**. Texto escrito para a edição em farsi de Para além do capital, publicada por exilados iranianos, 1998. Disponível em: <<http://www.mezzaros.comoj.com/?q=node/31>>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- _____. Crise estrutural necessita de mudanças estruturais. **Tópicos Utópicos**: caderno de textos, Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, n°5, jun. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/FAFIDAM/Downloads/Texto+da+Palestra+Istv%C2%A0%C2%A6%C3%A1n+M-%C2%A0%C2%A6%C3%A9sz-%C2%A0%C2%A6%C3%A1ro.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial, 2003.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, 3, 2010, Serpa. **Anais eletrônicos...** Serpa, 2010. P. 1- 41. Comunicação. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

PANIAGO, Cristina. **A incontrolabilidade ontológica do capital:** um estudo sobre Beyond Capital, de I. Mészáros. Rio de Janeiro, 2001. 136 p. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2001.

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. In: SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital.** Campina Grande: EDUFCEG/ Fortaleza: EdUECE, 2012. p.37- 59.

SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital.** Campina Grande: EDUFCEG/ Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 15- 36.